



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 29ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária

1 Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas,
2 iniciou-se a vigésima nona plenária ordinária, realizada virtualmente, do décimo oitavo
3 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa ocasião: Ana Paula
4 Soares da Silva, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco
5 Clementino, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Dalcira Pereira Ferrão, Fabián Javier
6 Marín Rueda, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya Luciane
7 de Oliveira, Losiley Alves Pinheiro, Maria de Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras
8 Toneli, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena Alves, Neuza Maria de Fátima
9 Guareschi, Norma Celiane Cosmo, Rodrigo Acioli Moura e Tahiná-Khan Lima Vianey.
10 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega inicia a reunião saudando as¹ participantes, e
11 informa que Adinete Souza da Costa Mezzalira, Alessandra Santos de Almeida, Célia
12 Zenaide da Silva e Robenilson Moura Barreto não puderam participar por motivo de
13 força maior. As justificativas foram aceitas pelo plenário. **1. INFORME**
14 **ENTREVISTA COACH EMAGRECIMENTO.** Ana Sandra comenta que no dia
15 concedeu uma entrevista para o Fantástico a respeito do coach de emagrecimento e que
16 foi uma entrevista tensa por se tratar de um assunto delicado, mas que ela discursou na
17 perspectiva do CFP, conforme alinhado previamente com algumas conselheiras.
18 **Encaminhamento:** Não houve. **2. INFORME APROVAÇÃO DO FUNDEB.** Ana
19 Sandra comenta que a aprovação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e
20 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)
21 está nas fases finais e que nesse momento aguarda sanção da Presidência da República,
22 e demonstra sua preocupação em relação aos desdobramentos futuros. A conselheira-
23 presidente destaca todo empenho e trabalho de Cleonice Dorneles, Assessora
24 Parlamentar do CFP, por essa conquista, mesmo que parcial. **Encaminhamento:** Não
25 houve. **3. INFORME SAÚDE MENTAL.** Marisa Helena Alves informa que o grupo
26 da saúde mental fez um trabalho intenso contra o “Revogação”, que consiste na intenção
27 do Governo Federal de minar a reforma psiquiátrica brasileira, após décadas de
28 implementação da Rede de Atenção Psicossocial, a Raps, apoiada na liberdade e na
29 socialização de pessoas em sofrimento psíquico. A conselheira destaca que por meio da
30 mobilização de todos os regionais, conseguiram a retirada do ponto da pauta da reunião

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

31 da CIT (Comissão Intergestora Tripartite) que atua na direção nacional do SUS. Além
32 disso, destaca que a CISME (Comissão Institucional de Saúde Mental) encaminhou uma
33 minuta de resolução para o Ministro da Saúde, pleiteando a 5ª Conferência Nacional de
34 Saúde Mental, que já foi aprovada pela Mesa Diretoria e todo pleno do Conselho
35 Nacional de Saúde Mental, seguindo então para aprovação do Ministro.
36 **Encaminhamento:** Não houve. **4. CANDIDATURA PARA A GESTÃO DO**
37 **CNPIR.** Maria de Jesus Moura comenta que o CFP está oficialmente inscrito para
38 concorrer a um cargo na próxima gestão do CNPIR (Conselho Nacional de Promoção
39 da Igualdade Racial) que acontecerá em fevereiro de dois mil e vinte e um. Ela faz uma
40 breve retrospectiva dos cargos ocupados pelo CFP nas últimas gestões.
41 **Encaminhamento:** Não houve. **5. REUNIÃO DO FCFAS.** Rodrigo comenta que
42 houve a reunião do FCFAS (Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde), e ele
43 levou a questão dos profissionais do esporte, que diante do atual cenário de pandemia,
44 se posicionaram contrários ao retorno das competições, e foram silenciados. Rodrigo
45 sugeriu um posicionamento coletivo em prol desses profissionais, porém o FCFAS
46 entendeu que aquele espaço não é apropriado para defender demandas de áreas
47 específicas, porém como o pedido ganhou força entre os participantes, foi sugerida a
48 elaboração de uma nota mais ampla, em defesa de todas as profissionais que estão
49 passando por essa situação. Rodrigo acrescenta que ficou responsável por escrever esse
50 texto e passar pela apreciação da plenária, mas que ele não conseguiu finalizar e que em
51 breve enviará para o grupo do whatsapp do plenário. **Encaminhamento:** Não houve. **6.**
52 **ATAS 26ª, 27ª E 28ª PLENÁRIAS - XVIII PLENÁRIO DO CFP.** Fabián Javier
53 Marín Rueda comenta que o objetivo desse ponto é a apreciação das atas da 26ª, 27ª e
54 28ª Plenárias. **Encaminhamentos:** Atas das 26ª, 27ª e 28ª Plenárias foram aprovadas
55 por unanimidade. **7. ALTERA A RESOLUÇÕES CFP Nº 01, DE 29 DE ABRIL DE**
56 **2014, E RESOLUÇÃO CFP Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2017.** Norma Celiane
57 Cosmo comenta que o Decreto nº 9.262/2018 extinguiu diversos cargos dos quadros da
58 administração pública federal, dentre os quais o de Telefonista. Essa extinção se deve ao
59 fato de o cargo de Telefonista não exigir mais à execução das seguintes tarefas: operar
60 mesa telefônica; efetuar ligações telefônicas; transmitir a telefones internos e externos
61 as chamadas recebidas e expedidas; realizar reuniões telefônicas em função da
62 existência de novos meios digitais para tal finalidade. Em função desse decreto, a
63 diretoria do CFP pretende extinguir o cargo de Telefonista, previsto na Resolução CFP
64 nº 01/2014, que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Conselho Federal de
65 Psicologia. Ela reforça que os funcionários do cargo extinto serão reaproveitados em
66 cargo compatível com o grau de escolaridade exigido para ingresso na carreira, sem que
67 haja redução de salário. Miraci Mendes, Coordenadora Geral do CFP, comenta que em
68 2019 o CFP contratou uma empresa para fazer um estudo dos cargos e salários para o
69 CFP, pois existiam alguns departamentos que estavam com funcionários sobressalientes
70 enquanto outros tinham déficit, e nessa ocasião foi constatado essa necessidade de
71 extinção. Miraci acrescenta que os funcionários, que hoje ocupam os cargos de
72 telefonistas, já estão cientes e de acordo com essa mudança, e que os departamentos

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscristas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

73 financeiro e jurídico já deram os devidos pareceres. Frente a isso, ela comenta que o
74 objetivo do ponto é aprovar a extinção desses cargos, e consequentemente aprovar a
75 minuta de resolução que efetiva essa alteração nos cargos da autarquia. Norma procede
76 à leitura da minuta de resolução. **Encaminhamentos:** a) Extinção do cargo de
77 telefonista aprovada pelo plenário; b) Minuta de Resolução aprovada pelo plenário. **8.**
78 **MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSOS**
79 **DISCIPLINARES ON-LINE.** Marisa Helena Alves comenta que a Secretaria de
80 Orientação e Ética (SOE) elaborou uma Minuta de Resolução sobre julgamento por
81 videoconferência, de processos disciplinares, conforme encaminhamento de Reunião de
82 Presidentes e despacho da 25ª Reunião Plenária, realizada em dezessete de outubro de
83 dois mil e vinte. Marisa Helena apresentou um histórico de como vem sendo conduzida
84 essa demanda nos regionais e no CFP desde março, quando a pandemia começou no
85 Brasil. Ela explicita que em março houve a suspensão dos prazos processuais e
86 prescricionais, que em setembro a SOE e a GTEC encaminharam um questionário aos
87 regionais para conhecer como foram desempenhados os trabalhos durante a pandemia,
88 sobretudo após a edição da Instrução Normativa que suspendeu os prazos processuais e
89 prescricionais. Em outubro foi feita uma análise dos dados obtidos dessa pesquisa,
90 assim como um levantamento, pela Ouvidoria, das demandas recebidas a respeito do
91 assunto. Ainda em outubro, a gerência jurídica apresentou pesquisa realizada com os
92 principais conselhos federais sobre julgamento de processos disciplinares por meio de
93 videoconferência e a SOE apresentou parecer contrário à essa modalidade de
94 julgamento. A conselheira relembra que na 25ª Reunião Plenária realizada em dezessete
95 de outubro de dois mil e vinte houve o encaminhamento da elaboração de uma Minuta
96 de Resolução, pela GJur, liberando os regionais a realizarem julgamento online durante
97 a pandemia. Em novembro, o CFP enviou essa minuta de resolução, elaborada pela
98 SOE e pela GJUR, para os regionais, a fim de coletar contribuições. Em novembro
99 também foi solicitado ao departamento de tecnologia do CFP uma pesquisa de
100 ferramentas tecnológicas que possibilitem a transmissão segura de dados para realização
101 de julgamentos virtuais, que após estudo, sugeriu o uso da plataforma do Google Meet,
102 desde que observadas as disposições da Minuta e Resolução e do CPD, mas ressalta que
103 cada regional deve avaliar qual plataforma se enquadra em sua estrutura tecnológica e
104 ainda apontou para a necessidade de elaboração de um manual orientativo às partes
105 quanto aos procedimentos a serem adotados. No final de novembro a SOE
106 disponibilizou um compilado das contribuições feitas pelos regionais, no qual a maioria
107 deles manifestou despreparo técnico para realização de julgamentos por meio de
108 videoconferências. Após esse histórico, Marisa Helena apresentou o resumo das
109 informações levantadas de março a outubro, e declarou que existem 1705 processos
110 disciplinares existentes, 941 denúncias recebidas, 5559 processos administrativos em
111 aberto e/ou tramitando, 27 reclamações na Ouvidoria sobre falta de resposta por parte
112 dos regionais, que estão usando as instruções normativas como justificativas para
113 suspensão dos serviços por conta da pandemia. Além disso observou-se que, dos 28
114 conselhos profissionais, 11 realizaram alteração normativa para tratar de julgamento e

¹ **No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

115 processos por videoconferência e 17 não realizaram. Foi também constatado 5695
116 novas inscrições nos regionais. Marisa finaliza dizendo que chegaram à conclusão de
117 que há inconsistência nos dados apresentados pelos regionais a respeito do andamento
118 dos processos durante a pandemia, que tanto os processos administrativos e
119 disciplinares podem ser tramitados internamente, tanto pelos regionais quanto pelo
120 Federal, contanto que não extrapolem os limites das instruções normativas. Além disso,
121 os processos administrativos podem ser apreciados em sessão plenária on line, por não
122 apresentarem a necessidade de sustentação oral e nem da presença de partes. Verificou-
123 se ainda a existência de processos administrativos e disciplinares aguardando para
124 serem enviados aos regionais e ao federal, mesmo existindo a possibilidade de eles
125 serem tramitados, uma vez que as instruções normativas suspendem os prazos
126 prescricionais e recursais, mas não as tramitações. Por fim, compreendeu-se que a
127 insatisfação da categoria durante a pandemia não está ligada diretamente à edição das
128 Instruções normativas, mas que é preciso questionar em que casos concretos a
129 suspensão provoca danos à categoria. Marisa procede à leitura da Minuta de Resolução
130 que dispõe sobre a realização de atos processuais, audiências e julgamentos por
131 videoconferência de processos disciplinares, durante o período de pandemia por
132 COVID-19, com o uso de tecnologias de informação em caráter excepcional, no âmbito
133 do Sistema Conselhos de Psicologia. Houve um debate no plenário a respeito de alguns
134 detalhes técnicos, especialmente no que tange à segurança da informação.
135 **Encaminhamentos:** a) O Plenário aprovou a Minuta de Resolução com as sugestões de
136 alterações feitas no documento SEI 0269125; b) O GT deve fazer uma nova instrução
137 normativa estendendo o período de suspensão dos prazos prescricionais dos processos
138 para o dia 01/02/2021; d) O CFP deve fazer um outro documento mais detalhado e/ou
139 realizar uma capacitação online para os regionais darem início aos julgamentos on line.

140 **9. DESIGNAÇÃO DE RELADORES PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.**
141 Ana Sandra comenta que foram encaminhados ao CFP, em grau de recurso, dois
142 processos administrativos, e que é necessário designar relatores para eles.
143 **Encaminhamentos:** a) Processo 576600020.001664/2020-81 do CRP 19 foi designado
144 para Katya Luciane de Oliveira e processo 576600020.001731/2020-67 do CRP 20 foi
145 designado para Rodrigo de Moura Acioli; b) Seguindo o encaminhamento do processo
146 576600029.000064/2020-15, esses processos administrativos serão apreciados na
147 plenária de março de 2021; c) SOE e GTEC devem apresentar na próxima plenária uma
148 relação da distribuição dos processos administrativos e éticos, a fim de facilitar a
149 distribuição igualitária de relatoria para todas as conselheiras. **10. AVALIAÇÃO DE**
150 **TESTES PSICOLÓGICOS.** Katya Luciane De Oliveira explica ao plenário que o
151 Teste Psicológico “Inventário de Percepção de Estresse e Estressores de Benzoni
152 (IPEEB)” foi analisado por pareceristas *Ad Hoc* e pela CCAP (Comissão Consultiva em
153 Avaliação Psicológica) e concluíram que ele não atende aos critérios mínimos
154 constantes na Resolução CFP nº 09/2018, e considerou o mesmo desfavorável para uso
155 na prática profissional. A conselheira procede à leitura do parecer na íntegra.
156 **Encaminhamentos:** O parecer da CCAP foi aprovado pelo plenário. **11.**

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

157 **CAMPANHA “SAÚDE MENTAL DE JANEIRO A JANEIRO”**. Luana Spinillo,
158 Gerente da Comunicação do CFP, explica que o CFP iniciou a campanha "Saúde
159 Mental de Janeiro a Janeiro", com o objetivo de promover um debate permanente sobre
160 o assunto com a categoria e sociedade. Para tanto, foram realizados, durante o ano de
161 dois mil e vinte, diálogos digitais, lives e matérias sobre o tema. Ela complementa que
162 no intuito de programar as ações de Comunicação para 2021, a GCOM propõe a
163 continuação da campanha "Saúde Mental de Janeiro a Janeiro", com ações iniciando
164 logo na primeira semana de janeiro. Luana procede à apresentação detalhada das ações
165 que foram pensadas. **Encaminhamentos:** O Plenário aprovou o planejamento com a
166 inclusão de um vídeo com psicólogas travestis e trans, em referência ao Dia da
167 Visibilidade Travesti e Trans no dia 29 de Janeiro. A reunião plenária foi encerrada às
168 dezoito horas. Esta ata foi lavrada por mim, Fabián Javier Marín Rueda, Conselheiro-
169 Secretário, e assinada por todos os presentes nomeados.

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabian Javier Marin Rueda, Usuário Externo**, em 04/09/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0512196** e o código CRC **AD40EE37**.

